Contingência e legitimação*

Contingency and legitimation

Raffaele De Giorgi**

Resumo: O presente artigo analisa a evolução da epistemologia do direito natural para a epistemologia do direito positivo a partir da relação entre contingência e legitimação. Enquanto o direito natural se apresentava como verdade normativa – e, portanto, não contingente – capaz de legitimar-se a partir do interior de uma filosofia prática fundada na razão universal, o direito positivo, que é fruto de um processo de fragmentação da razão, apresenta à epistemologia o desafio de legitimar o contingente. Diante desse desafio, Kelsen foi capaz de legitimar o direito positivo com base em uma concepção puramente formal de validade como existência da norma. Entretanto, deixou em aberto a possibilidade de legitimação teórica com referência à razão jurídica – tarefa que foi retomada pelos autores que o sucederam. A hipótese levantada ao final do artigo é a de que a epistemologia jurídica é uma estratégia global de legitimação da contingência normativa que caracteriza um direito burguês orientado para a repressão da realidade objetiva das relações sociais de produção.

Palavras-chave: epistemologia jurídica – direito natural – direito positivo – contingência – legitimidade – repressão

* O presente texto, traduzido por Pedro Jimenez Cantisano e revisado por Guilherme Leite Gonçalves, corresponde ao capítulo introdutório do livro *Scienza del diritto e legittimazione*, publicado pela editora italiana Pensa Multimedia. Obra fundamental para o debate sobre epistemologia jurídica, constrói percurso alternativo a Karl Larenz para explicar o desenvolvimento da ciência e da teoria do direito, conforme reconhecido pelo próprio jurista alemão na terceira edição de seu clássico *Metodologia da ciência do direito*. Neste volume, apresentaremos os primeiros passos do projeto de tradução integral do livro de Raffaele De Giorgi. Agradecemos ao Conselho Editorial da *Revista de Direito Administrativo* pela oportunidade (N. do R.).

** Professor titular de teoria e sociologia do direito da Universidade de Salento, Itália, e diretor da Faculdade de Direito da mesma universidade.

Abstract: This article analyzes the evolution from the epistemology of natural law to the epistemology of positive law from the perspective of the relation between contingency and legitimacy. On the one hand, natural law has been constructed as normative truth – and therefore not contingent – capable of being legitimized by a practical philosophy grounded on universal reason. On the other hand, positive law – which is the product of the fragmentation of reason – has presented epistemology with the challenge of legitimizing contingency. Kelsen was able to legitimize positive law using a purely formal conception that equates the validity and the existence of a norm. However, he did not answer the question about the legitimacy of positive law based on legal reason – which was later done by other German authors. The hypothesis generated in this article is that the epistemology of law is a global strategy of legitimacy of the normative contingency that characterizes a bourgeois law oriented at the repression of the objective reality of the social relations of production.

Key-words: epistemology of law – natural law – positive law – contingency – legitimacy – repression

1. Filosofia prática e verdade normativa

Na idade moderna, os sistemas de filosofia prática conseguiram pensar a unidade da ação. A ação ética, política e jurídica eram descritas por sistemas unitários que possuíam a seguinte propriedade: o *dever ser*, que se exprimia em diretiva ou norma de ação, era construído a partir de princípios relativos ao *ser*, isto é, a partir de uma ontologia racional. Essa ontologia era, ao mesmo tempo, certeza para a ação, referência unitária e fundamento último de validade dos sistemas de normas e diretivas.¹ A ação, pensada a partir da filosofia prática, constitui um universo complexo e articulado, que, todavia, ainda não fora modificado pelos processos de corrosão que futuramente levariam ao isolamento² e às separações recíprocas

¹ Da vasta literatura sobre o argumento, ver HENNIS, W. *Politik und praktische Philosophie. Schriften zur politischen Theorie*. Stuttgart: Klett-Cotta, 1997; MEYRING, D. H. *Politische Weltweisheit. Studien zur deutschen politischen Philosophie des 18. Jahrhunderts*. Münster: Diss, 1965; WIETHÖLTER, R. *Rechtswissenschaft*. Frankfurt a. M.: Fischer, 1968 [tr. it. de Riegert Amirante. *Le formule magiche della scienza giuridica*. Bari: Laterza, 1975]. p. 63 ss.; OELMÜLLER, W. *Die unbefriedigte Aufklärung. Beiträge zu einer Theorie der Moderne von Lessing, Kant und Hegel*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1969. p. 113 ss.; RIEDEL, M. *Moralität und Recht in der Schulphilosophie des 18. Jahrhunderts*. In: BLÜHDORN, J.; RITTER, J. (Orgs.). *Recht und Ethik. Zum Problem ihrer Beziehung im 19. Jahrhundert*. Frankfurt a. M.: Klostermann, 1970. p. 83-96; RÖD, W. *Rationalistisches Naturrecht und praktische Philosophie der Neuzeit*. In: RIEDEL, M. (Org.). *Rehabilitierung der praktischen Philosophie*. Freiburg i. B.: Rombach, 1972. v. I, p. 269-295.

² Cf. WILHELM, W. *Zur juristischen Methodenlehre im 19. Jahrhundert. Die Herkunft der Methode Paul Labands aus der Privatrechtswissenschaft*. Frankfurt a. M.: Klostermann, 1958. p. 7-8 [tr. it. de P. L. Lucchini.

entre as esferas ética, política e jurídica. No âmbito da unidade construída pela filosofia prática, o direito natural era a medida da ação justa.³

A ação valorada pelo direito natural não possui “juridicidade”.⁴ Em sentido moderno, atribuímos esta característica à forma de ação isolada e regulada por uma norma cuja validade seja ligada a princípios exclusivamente procedimentais. Mas, no âmbito da complexidade indiferenciada do universo da filosofia prática, uma forma de ação isolada, definida por uma regulação exclusivamente “jurídica”, ou seja, objeto de uma qualificação normativa “destituída de pressupostos”, não tem espaço epistemológico. De fato, as formas da ação não se reconhecem em sua indiferença recíproca, mas na referência comum ao valor fixado pela ontologia racional. Igualmente, o direito natural não se reconhece como objeto de uma ciência “jurídica”, isto é, de uma ciência capaz de refletir a autonomia de seu objeto nos contornos de seu modelo epistemológico, mas se reconhece na estrutura de um sistema filosófico unitário e complexo.

Nesse sentido, o direito natural não constitui um problema “jurídico”, mas exclusivamente filosófico. No universo da filosofia prática, ele representa “um problema da unidade entre ética e política; um problema de moral pública, substancial”.⁵

A epistemologia do direito natural, consequentemente, não existe senão como um subsistema da filosofia prática, que apresenta a seguinte particularidade: a estrutura normativa sobre a qual ele exercita suas reflexões não é mutável e, ao não ser constituída por decisões, tampouco pode ser transformada por futuras decisões. Esta estrutura não é posta, mas continuamente produzida em um processo analítico de dedução, do qual se desdobra e se esclarece a verdade normativa dos princípios da ontologia racional que constituem as premissas deste sistema. Dessa perspectiva, a epistemologia jurídica é a reflexão relativa às operações de dedução da normatividade implícita nas premissas descritivas do ser. A epistemologia é, substancialmente, teoria da construção do sistema, fundada sobre uma doutrina do método: de fato, a derivação da normatividade “jurídica” só pode acontecer em um *sistema de explicação das premissas*, com base em um *método de pesquisa da verdade*, que fixa as operações oportunas.

Metodologia giuridica nel secolo XIX. Milano: Giuffrè, 1974]; LUHMANN, N. *Rechtssoziologie*. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt, 1972. p. 190-199 e 217-226 [tr. it. parcial de A. Febbrajo. *Sociologia del diritto*. Bari: Laterza, 1977]; Id. *Ausdifferenzierung des Rechtssystems. Rechtstheorie*, v. 7, 1/2, p. 121-135, 1976.

³ Cf. WIETHÖLTER, op. cit., p. 65.

⁴ Cf. RIEDEL, M. *Moralität und Recht*, cit.; e a contribuição de DENZER, H. *Ethik und Recht im deutschen Naturrecht der zweiten Hälfte des 17. Jahrhunderts*. In: BLÜHDORN, J.; RITTER, J. (Orgs.). *Recht und Ethik*, op. cit., p. 103-109; LUHMANN, N. *Rechtssoziologie*, op. cit., v. I, p. 166-190.

⁵ Cf. WIETHÖLTER, op. cit., p. 65: as traduções de todas as passagens de obras estrangeiras são minhas, mesmo que exista uma tradução italiana e se faça referência; o uso de traduções italianas será explicitamente indicado. WIEACKER, F. *Privatrechtsgeschichte der Neuzeit*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1967 (2), p. 267, utiliza o termo “ética social pública”.

A epistemologia dispõe de tal método de pesquisa que, a partir dos princípios da ontologia racional,⁶ almeja estabelecer o *verdadeiro*, conforme a medida do *justo*. A norma produzida através da pesquisa é verdadeira. Sua verdade não é de natureza puramente lógica. A norma vale, com certeza, porque é logicamente verdadeira; mas a verdade que nela se exprime é, ao mesmo tempo, especificação do valor fixado na ontologia da qual derivam suas premissas. A validade da norma, portanto, é imediatamente vinculada ao valor em relação ao qual a norma se apresenta como verdade lógica, necessária.

2. Validade e não contingência da norma. O princípio de legitimação interna

O critério específico de validade da norma de direito natural que a vincula ao valor, a subtrai ao arbítrio, a torna resistente ao tempo, a imuniza contra escolhas, a protege contra o possível e o diverso. A norma, nesse sentido, *não é contingente*.⁷

A norma não contingente nasce por necessidade interna de determinadas premissas que, munidas do caráter de verdade, não são falsificáveis. A norma não é, assim, uma variável; ela se subtrai a processos de decisão e, com isso, adquire uma validade que nasce da identificação de seu *processo cognitivo* com seu *processo produtivo*.

Esta identificação e a não contingência dela resultante permitem compreender a especificidade da epistemologia jusnaturalista, que tem, no âmbito do objeto, uma posição e uma função que a distinguem claramente da epistemologia do direito positivo: este não constitui um sistema externo ao conjunto de normas, mas um sistema que produz ele mesmo as normas segundo seu modelo e as desloca entre suas tramas conceituais. Para o direito natural, no entanto, a epistemologia torna-se instância de legitimação interna que o complexo normativo traz consigo desde sua constituição. No plano gnoseológico, as normas se legitimam pelo método de pesquisa que as individualiza através do conjunto das operações de derivação⁸ que se realizam dentro de um *sistema* logicamente fechado. No plano ideológico, a legitimação das normas de direito natural se dá, de um lado, porque

⁶ Cf. RÖD, op. cit., p. 269 ss.

⁷ “No plano formal, a contingência é definida como negação da impossibilidade e da necessidade. Contingente é, portanto, tudo aquilo que é possível, mas não é necessário”. “É, no entanto, só a partir de Kant (e, sobre um plano sociológico, somente a partir da transição à “sociedade burguesa”) que conceitos modais são generalizados de modo relacional, sobretudo em relação ao poder do conhecimento”. Cf. LUHMANN, N. *Funktion der Religion*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1977. p. 187; cf. a bibliografia ali citada, assim como aquela apresentada na nota 20 deste texto.

⁸ Cf. STEPHANITZ, D. *Exakte Wissenschaft und Recht. Der Einfluss von Naturwissenschaft und Mathematik auf Rechtsdenken und Rechtswissenschaft in zweieinhalb Jahrtausenden. Ein historischer Grundriss*. Berlin: De Gruyter, 1977. p. 55.

a pesquisa se funda em um saber filosófico relativo à natureza e ao homem⁹ e, de outro, porque, através do *sistema* de normas, a pesquisa chega a conhecimentos verdadeiros relativos ao dever ser. O sistema, então, não é apenas o lugar de produção do direito, mas é essencialmente o aparato no interior do qual o direito produzido se legitima como verdade.

A conquista epistemológica mais consistente da teoria do direito natural e do seu rigor metodológico é, sem dúvida, a construção da noção de sistema, formulada, como observa oportunamente Wieacker, pelas contribuições do *Vernunftrecht* para o direito privado europeu.¹⁰ A jurisprudência,* caracterizada como ciência da exegese e do comentário de textos – e que continuou assim, mesmo depois do insucesso dos projetos humanistas de sistema –, se renova no momento em que, “com Hobbes e Pufendorf, a demonstração lógica de um sistema fechado se torna o parâmetro de comparação para a plausibilidade dos seus axiomas metodológicos”.¹¹ Demonstração da proposição jurídica, construção sistemática de princípios, passagem de princípios gerais a particulares, aspiração de obtenção de evidências lógicas de modo similar à prova matemática: eis a estima por uma tradição epistemológica que passa por Galileu e Descartes e funda a cientificidade do universo do discurso do direito natural. É, deste modo, que a jurisprudência se constitui como ciência do direito.

Mas, observa Troje, que

o sistema jurídico e a cientificidade do direito surgem, desde a antiguidade, como duas metades de um único círculo de problemas. A *certitudo jurisprudentiae* é pressuposto e consequência, ponto de partida e objetivo da atividade sistemática. A jurisprudência se torna ciência no sistema, e pode se tornar sistema apenas se for possível como ciência. Um belo círculo!¹²

⁹ Cf. WELZEL, H. *Naturrecht und materiale Gerechtigkeit*. Göttingen: Vandenhoeck um Ruprecht, 1962 (4). p. 108 ss. [tr. it. organizada por G. De Stefano. *Diritto naturale e giustizia materiale*. Milano: Giuffrè, 1965].

¹⁰ Cf. WIEACKER, op. cit., p. 275. Para o conceito de sistema na ciência jurídica, cf. COING, H. *Geschichte und Bedeutung des Systemgedankens in der Rechtswissenschaft*. Frankfurt a. M.: Klostermann, 1956; ENGISCH, K. Sinn und Tragweite juristischer Systematik. In: *Studium Generale*, 10, Heft 3, p. 173-190, 1957; BULYGIN, E. Zwei Systembegriffe in der rechtsphilosophischen Problematik. *Archiv für Rechts- und Sozialphilosophie*, LIII/3, p. 329-342, 1967; LOSANO, M. G. *Sistema e struttura nel diritto*. Torino: Giappicheli, 1968. v. I; CANARIS, C.-W. *Systemdenken und Systembegriff in der Jurisprudenz, entwickelt am Beispiel des Deutschen Privatrechts*. Berlin: Duncker und Humblot, 1969; SCHMIDT, J. System und Systembildung in der Rechtswissenschaft. In: JAHN, G.; MAIHOFER, W. (Orgs.). *Rechtstheorie. Beiträge zur Grundlagendiskussion*. Frankfurt a. M.: Klostermann, 1971. p. 384-425; SAVIGNY, E. v. Zur Rolle der deduktivaxiomatischen Methode in der Rechtswissenschaft. In: *Ibid.*, p. 315-351

* A palavra “jurisprudência”, no original *giurisprudenza*, aqui é usada em referência a um saber sobre o direito que ainda não se constitui como ciência (N. do T.).

¹¹ Cf. WIEACKER, op. cit., p. 275-276.

¹² Cf. TORJE, H. E. Wissenschaftlichkeit und System in der Jurisprudenz des 16. Jahrhunderts. In: BLÜHDORN, J.; RITTER, J. (Orgs.). *Philosophie und Rechtswissenschaft. Zum Problem ihrer Beziehung im 19. Jahrhundert*. Frankfurt a. M.: Klostermann, 1969. p. 63, mas também p. 63-88.

O problema apontado por Troje pode facilmente ser resolvido se considerarmos que a epistemologia do direito natural dispõe de um método de pesquisa que não tem a finalidade de conferir ordem à normatividade posta, mas tem a tarefa de produzir a normatividade não contingente implícita nas premissas. No sistema da ciência, a norma se produz no processo de busca da verdade, com base em um método que fixa regras para as operações.¹³ Esse método de pesquisa torna científica a jurisprudência.

Portanto, à questão levantada por Troje, podemos responder que, para o direito natural, a jurisprudência é possível apenas como ciência, porque é busca da verdade; e a ciência, por sua vez, é possível somente através do sistema, porque apenas no sistema o processo de explicação da normatividade implícita nas premissas se apresenta como busca da verdade. Como tais premissas não são mais que princípios da razão, o direito natural pode se apresentar como o *direito da razão*, como a normatividade implícita no postulado da razão universal.¹⁴ A ciência do direito natural, portanto, diferentemente daquilo que ocorrerá com a ciência do direito positivo, não assume a tarefa de reconstruir, em seu sistema, a racionalidade do objeto com base em um modelo hipotético de verificação, mas a de produzir o objeto como dado da razão.¹⁵ A universalidade da razão e a unidade da filosofia que a explicita garantem não apenas a *certitudo jurisprudentiae*, mas também a validade da construção sistemático-dedutiva que evidencia o verdadeiro e o universal na forma do justo.

O amálgama entre razão e direito – podemos concluir – recompõe a atividade teórico-cognitiva e a atividade prática da ciência na função produtiva de normatividade não contingente. O direito natural se completa dentro da unidade da filosofia prática, que se encontra fixa sobre o fundamento da ontologia racional. Esse amálgama, que se realiza no interior do sistema, tem uma consequência de grande relevância epistemológica: confere à ciência jurídica o papel de instância objetiva de legitimação do direito e, ao sistema, a função de aparato interno de legitimação

¹³ Cf. GIANQUINTO, A. *Critica dell'epistemologia*. Padova: Marsilio, 1971. p. 16 ss.; de notável interesse é MITTELSTRASS, J. *Neuzeit und Aufklärung. Studien zur Entstehung der neuzeitlichen Wissenschaft und Philosophie*. Berlin/New York: De Gruyter, 1970. Mas cf. também COING, H. *Naturrecht als wissenschaftliches Problem*. Wiesbaden: Steiner, 1965.

¹⁴ Cf. WIEACKER, op. cit., p. 312 ss.; WELZEL, op. cit., p. 108; mas também as interessantes considerações de ELLScheid, G. Das Naturrechtsproblem in der Rechtsphilosophie. In: KAUFMANN, A.; HASSEMER, W. (Orgs.). *Einführung in Rechtsphilosophie und Rechtstheorie der Gegenwart*. Heidelberg/Karlsruhe: Müller, 1977. p. 23-71; úteis são as contribuições encontradas em *Naturrecht oder Rechtspositivismus*, organizado por W. Maihofer. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1966 (2), e em *Naturrecht in der Kritik*, organizado por F. Böckle e E. Böckenförde. Mainz: Grünewald, 1973.

¹⁵ Cf. as considerações de H. Albert em *Rationalität und Wirtschaftsordnung*. In: ALBERT, H. *Aufklärung und Steuerung. Aufsätze zur Sozialphilosophie und zur Wissenschaftslehre der Sozialwissenschaften*. Hamburg: Hoffmann und Campe, 1976. p. 56-90.

do direito justo.¹⁶ O direito natural se apresenta, assim, como verdade normativa de uma razão universal que é recurso inexaurível no mundo, de uma razão que tem a ação concentrada e unida, que não deixa espaço para a incerteza, para o isolamento e para a dúvida.

A razão única e universal compreende o mundo, mas, ao mesmo tempo, o comprime, de modo a manter baixo o potencial de complexidade de um universo da ação que parece não conhecer ameaça, porque se mantém coeso e se reconhece na infinita razão ideológica da verdade.

3. Desagregação e complexidade. Estrutura de abstrações e coesão formal dos sistemas através da norma contingente

A sociedade burguesa, porém, rompe a razão única e universal, despedaça a solidez, decompõe a ação e elimina, assim, os pressupostos materiais e epistemológicos sobre os quais se apoiavam os sistemas da filosofia prática que haviam construído a unidade da razão.¹⁷ A sociedade burguesa diferencia diversos sistemas de ação. O sistema social alcança uma profunda complexidade que o constrange subitamente a enfrentar o problema da coesão dos subsistemas produzidos.

A sociedade burguesa produz indiferença e igualdade, isolamento e estranhamento: “a mútua e geral dependência dos indivíduos reciprocamente indiferentes constitui seu nexos social” – escreve Marx. E continua:

O caráter social da atividade, assim como a forma social da mercadoria e a participação do indivíduo na produção, se apresentam aqui como algo de estranho e objetivo perante os indivíduos; não como sua relação recíproca, mas como sua subordinação a relações que subsistem independentemente deles e nascem do choque entre indivíduos reciprocamente indiferentes.¹⁸

Uma vez fragmentadas a ação e a razão universal que sustentavam a unidade, cada sistema de ação se apresentará com uma racionalidade interna *própria*. Isolados os diversos sistemas, indiferentes um ao outro, a razão se diferencia, rompendo a *unidade de sentido* constituída em torno da razão universal iluminista. A vida

¹⁶ Cf. LUHMANN. Positivität des Rechts als Voraussetzung einer modernen Gesellschaft. In: *Jahrbuch für Rechtssoziologie und Rechtstheorie*, 1970. v. I, p. 182.

¹⁷ Cf. WIETHÖLTER, op. cit., p. 65-75; LUHMANN. *Rechtssoziologie*, op. cit., p. 217 ss.; Id. *Ausdifferenzierung*, op. cit.; WILHELM, op. cit., p. 97 ss., com referência a Gerber e Savigny (a *Sonderung der Tätigkeiten*).

¹⁸ Cf. MARX, K. *Lineamenti fondamentali della critica dell'economia politica*. Firenze: La Nuova Italia, 1968. v. I, p. 97-98.

social se organiza em torno da pluralidade indiferente de indivíduos singulares,¹⁹ que mostram que a razão não é mais atributo e capacidade de cada um, propriedade igualmente distribuída, recurso no qual todos podem participar. Assim, a sociedade burguesa destrói o iluminismo da razão e o substitui por novas formas de uma racionalidade da qual os indivíduos são excluídos. Esta racionalidade não é um modelo, nem uma ideia, mas é, acima de tudo, a capacidade do sistema social de manter coesa sua estrutura intimamente desagregada. A sociedade burguesa, portanto, se caracteriza por um processo de *desagregação*, que aumenta infinitamente a *complexidade* do sistema social.

Esta complexa estrutura de desagregação, que constitui o sistema social, se exprime no divórcio entre esfera pública e esfera privada, na distinção entre sociedade civil e Estado, na fragmentação dos sistemas de ação, na expropriação da razão iluminista, na diferenciação das razões dos sistemas sociais, na institucionalização de suas relações de dependência, na separação do concreto, reduzido a assunto privado, e, por fim, na construção de sistemas de produção de sentido abstrato como assunto público, geral.

A desagregação real é causa do aumento contínuo da complexidade do sistema social e, portanto, da dificuldade crescente que o sistema encontra para organizar a coexistência das estruturas diferenciadas. A coexistência é possível e se realiza somente através da coesão formal dos sistemas diferenciados²⁰ em um sistema de abstrações (formas de dominação) no qual se realiza a coexistência de igualdades indiferentes, e no qual a racionalidade objetiva das relações sociais de produção, que é a estrutura da desigualdade, é ocultada. O problema *iluminista* da sociedade burguesa é, assim, manter concretamente a desagregação do sistema e controlar a complexidade.

Por esta razão, a sociedade burguesa estrutura um sistema que opera a coesão igualando a diversidade na abstração. Trata-se de um sistema de abstrações²¹

¹⁹ Cf. MARX, K. *La questione ebraica*. trad. ao italiano de E. Panzieri. Roma: Editori Riuniti, 1969. p. 73; DELLA VOLPE, G. *Rousseau e Marx*. Roma: Editori Riuniti, 1964 (4). p. 25 ss.; CERRONI, U. *Marx e il diritto moderno*. Roma: Editori Riuniti, 1962. p. 196 ss.; MERKER, N. *Marxismo e storia delle idee*. Roma: Editori Riuniti, 1974. p. 152 ss.

²⁰ De forma semelhante, Barcellona sustenta que: “Em uma determinada formação social, funcionam diversas formas de mediação, que expressam contradições específicas nos diversos níveis nos quais se manifestam. Além disso, é possível individualizar a forma da mediação em fundamental e secundária, e definir o modo recíproco de coordenação, que representa e designa a unificação e o funcionamento das diversas relações sociais presentes em um dado contexto, e articuladas globalmente no interior de uma relação social fundamental” (BARCELLONA, P. *La Repubblica in trasformazione. Problemi istituzionali del caso italiano*. Bari: De Donato, 1978. p. 31).

²¹ Como constatará Marx em sua Crítica alla filosofia hegeliana del diritto pubblico. In: MARX, K. *Opere filosofiche giovanili*. Trad. de G. Della Volpe. Roma: Editori Riuniti, 1966. p. 15-142. Cf., ainda, GIOVANNI, B. de. *Marx e lo Stato. Democrazia e Diritto*, XIII, p. 37-82, 1973; BADALONI, N. *Per il comunismo*. Torino: Einaudi, 1972, e *La critica marxiana del teleologismo, la struttura logica del capitale e la dialettica della liberazione*, p. 55 e ss. A produção de abstrações como problema da estrutura do sistema é amplamente

e de formas que possuem a seguinte propriedade: uma vez ocultada a *racionalidade objetiva das relações sociais de produção* das quais nascem,²² estas abstrações não se apresentam mais como determinações formais de relações produzidas, desde já, abstratas e independentes, objetivas e separadas, mas como seleções normativas operadas no universo do possível e, portanto, como escolhas através das quais se estrutura um sistema formal autônomo que produz a coesão²³ dos sistemas desagregados da sociedade burguesa. O universo dessas abstrações é o *direito positivo*. Este é um sistema constituído por uma estrutura na qual, através de processos regulados, são isoladas e fixadas como válidas determinadas formas de ação. Essas abstrações do agir são válidas apenas porque são produzidas com base em um processo de decisão: enquanto isoladas deste modo, são variáveis, podem ser *sempre diversas*. A ação real *aparece*, assim, regulada por um sistema de abstrações que não derivam sua validade de um pressuposto, mas do fato de serem postas como produto de uma seleção, de uma escolha, e, portanto, isoladas por um universo de possibilidades, que, junto com estas, contém infinitas outras.

A norma assim produzida depende de tempo, é fruto de uma decisão e, por efeito de outra decisão, pode ser privada de sua validade. A validade nasce de um

tratada por Luhmann em *Rechtssoziologie*, op. cit., p. 138 ss., 143-145 e 326 ss.; Id. *Soziologie als Theorie sozialer Systeme*. In: LUHMANN, N. *Soziologische Aufklärung. Aufsätze zur Theorie sozialer Systeme*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1974 (4). v. I, p. 113-136 (p. 120 ss., p. 133, nota 30); Id. *Funktionen und Folgen formaler Organisation*. Berlin: Duncker und Humblot, 1976 (3); Id. *Sinn als Grundbegriff der Soziologie*. In: HABERMAS, J.; LUHMANN, N. *Theorie der Gesellschaft oder Sozialtechnologie*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1976 (2). p. 25-100 [tr. it. de R. Di Corato. *Teoria della società e tecnologia sociale*. Milano: Etas Compass, 1973].

²² Luhmann também reconhece que o “primado social da economia” constitui um pressuposto para a positividade do direito, para sua consolidação e segurança. Mas, para ele, a economia, como sistema parcial da sociedade, não constitui algo de “material”. Aquilo que a distingue é, sobretudo – esclarece Luhmann criticando Marx –, “a alta complexidade, a liberdade de escolha e a capacidade de aprendizado que esta fornece à experiência e ao comportamento humano”. O primado da economia, portanto, consiste no fato de que esta produz os problemas que permitem à sociedade alcançar uma imensa quantidade de possibilidades de experiência e de comportamento. Dito de outro modo, com o primado da economia, “a política pode, antes, alcançar mais poder, a família mais amor e a ciência mais verdade. A esta complexidade se deve adaptar a estrutura da sociedade. No âmbito das expectativas normativas de comportamento, este fenômeno se realiza através da positividade do direito” (*Positivität des Rechts*, op. cit., p. 200-201). Mas, isto não significaria que a produção dos problemas sociais acontece na economia? Que a racionalidade dos sistemas sociais – e, portanto, também do direito positivo – é a racionalidade da economia? Isto é, que os “contextos de sentido” no sistema social são aqueles produzidos pela economia? Ou, para usar a linguagem de Luhmann, que a solução dos problemas dos sistemas sociais singulares, enquanto solução dos problemas produzidos na economia, tem a função de estabilizar o sistema “material” da própria economia?

²³ Segundo Barcellona: “No interior de uma formação social, as relações sociais fundamentais se articulam em diversos níveis e assumem formas diferentes, como, por exemplo, relações consensuais jurídicas (econômicas), políticas etc. Essas relações se condensam em uma forma específica de unificação-mediação que designa o modo fundamental da coordenação entre os vários níveis, ou melhor, da coordenação entre os mecanismos (de mediação) consensuais e os mecanismos coercitivos” (BARCELLONA, op. cit., p. 31-32). Do mesmo autor cf. *Stato e mercato tra monopolio e democrazia*. Bari: De Donato, 1976. Em particular o primeiro ensaio.

processo formal que traz existência à norma, mas que pode ser ele mesmo destituído de validade: a norma e o processo que a cria não possuem nenhuma relação com a verdade. Conhecimento e produção da norma, então, se separam, pois o valor e a verdade foram excluídos da determinação do critério de validade. Agora, a norma é pura subjetividade indiferente ao valor e à verdade, ligada ao possível e ao tempo.

Esta norma é *contingente*.²⁴ Contingência é a possibilidade do diferente, contínua potencialidade imanente de transformação, hipótese sobre o real, elisão da necessidade. É a incerteza, a dúvida, produto da diferenciação, da separação e da ruptura. O direito positivo é *esta contingência alçada ao plano normativo*.

²⁴ Contingência é entendida aqui no sentido de positividade definido por Kelsen e Luhmann. Para Kelsen, “o direito positivo e sua validade hipotético-relativa é, essencialmente, um ordenamento mutável ao infinito que pode se adaptar a condições de câmbio no espaço e no tempo” (KELSEN, H. *Teoria generale del diritto e dello Stato*. Trad. ao italiano de S. Cotta e G. Treves. Milano: Comunità, 1952. p. 403). E mais: “O sistema normativo do tipo dinâmico é caracterizado pelo fato de que a norma fundamental pressuposta não contém outra coisa que não a instituição de uma *fattispecie* produtora de normas, a constituição de uma autoridade legiferante ou, o que dá no mesmo, de uma regra que determina como se deve produzir as normas gerais e individuais do ordenamento fundado sobre esta norma fundamental (...). As normas de um ordenamento jurídico devem ser estatuídas mediante um ato particular de criação. Trata-se de normas estatuídas, isto é, positivas, elementos de um ordenamento positivo” (KELSEN, H. *La dottrina pura del diritto*. Trad. ao italiano de M. G. Losano. Torino: Einaudi, 1966. p. 220-221; 223). Para Luhmann: “É chamado positivo o direito que foi posto e que vale por força de uma decisão” (LUHMANN. *Positivität des Rechts*, op. cit., p. 200). Porém, o autor sublinha que o critério de positividade consiste menos no ato único de pôr o direito (*einmalig*), do que na atualização da experiência jurídica: “O direito vale positivamente não por conta da produção histórica da experiência jurídica, do ato precedente de positivação do direito, mas porque o direito vive a experiência de validade por força de tal decisão. Trata-se de uma escolha entre possibilidades, que pode sempre variar” (*ibid.*, p. 183). Segundo Luhmann, “positividade do direito significa que qualquer conteúdo pode adquirir validade jurídica, e por força de uma decisão que confere validade ao direito e que, a qualquer momento, pode ser revogada” (*ibid.*, p. 180). O mesmo se aplica a Kelsen: “o sistema normativo que se apresenta como ordenamento jurídico tem um caráter essencialmente dinâmico. Uma norma jurídica não está em vigor pelo fato de possuir determinado conteúdo, isto é, pelo fato de que se possa deduzir logicamente tal conteúdo de uma norma fundamental, mas pelo fato de que ela é produzida de certo modo, que, em última análise, é determinado por uma norma fundamental pressuposta. Por isto – e apenas por isto – tal norma pertence ao ordenamento jurídico fundado sobre essa norma fundamental. Em outras palavras, o direito pode ter qualquer conteúdo” (KELSEN. *La dottrina pura del diritto*, op. cit., p. 222).

Contingente é a normatividade que vale porque está posta no interior de um ordenamento jurídico que se funda sobre um princípio de validade formal, relativo aos atos de positivação. Tal normatividade pode ser infinitamente variada porque não deriva da necessidade do postulado da validade sobre o qual se funda o ordenamento. Por outro lado, a contingência é experimentada pelos destinatários como normatividade, como dever ser que pode mudar, como possibilidade, e não como necessidade. Se fosse vinculada ao princípio da necessidade, a normatividade não poderia se apresentar, nem vir a ser experimentada como contingente, mas sim como verdade necessária. Nas palavras de Luhmann, “em sua validade e em seus traços essenciais, o direito vem representado como *verdadeiro*” (LUHMANN. *Rechtssoziologie*, op. cit., p. 185). Para o problema filosófico da contingência e para sua importância teórico-jurídica cf. *ibid.*, p. 31 ss.; Id. *Rechtstheorie im interdisziplinären Zusammenhang*. In: *Anales de la Catedra Francisco Suarez*, 12, I, p. 201-253 (211 ss.)1972; Id. *Funktion der Religion*, op. cit., p. 182 ss.

4. O obstáculo epistemológico da contingência normativa. Ciência e teoria do direito

O século XIX assinala para a epistemologia jurídica uma grande ruptura com o passado. A filosofia não é mais contextual ao direito. O universo do discurso jurídico se apresenta autônomo e deve ser pensado, a partir de agora, apenas em sua autonomia. Desvinculado da lei da natureza, o direito gera para a epistemologia o problema da natureza da lei, de sua contingência. Agora, o direito se apresenta somente como forma: certamente não como forma de ação justa, mas como forma de ação positivamente válida. O interesse pela busca da verdade é substituído pelo interesse pela busca de soluções dos problemas conexos à produção desta forma e à sua legitimação. O problema da verdade não é mais colocado pelo direito positivo: não se trata mais de uma questão científica, mas, agora, ideológica. A verdade não é contingente, e a não contingência entendida como verdade normativa da razão não encontra espaço na epistemologia do direito positivo.

A epistemologia jurídica deve se reestruturar. Inicia-se, assim, um processo de reconstrução da sua noção de sistema. Este processo será longo e alcançará, com dificuldades particulares, sua organização. Vejamos de que modo.

O obstáculo é a contingência. A epistemologia pode superá-lo se conseguir construir um modelo no qual a contingência apareça como existência que retira sua validade do fato de ter sido posta, mas, ao mesmo tempo, se apresente como *verdade normativa não contingente* da “razão jurídica”. A razão jurídica é o conjunto de sentidos que se realiza no sistema jurídico. É o sentido que guia as seleções normativas operadas sobre a realidade e que é apresentado como fundamento das escolhas praticadas no universo do possível. É, ainda, o sentido que é colocado como subjetividade da regulação jurídica e que oculta a racionalidade objetiva das relações sociais de produção.²⁵ Este conjunto de sentidos, que se legitima por uma referência ideológica externa, se depreende e se explica no processo de produção das qualificações normativas.

²⁵ Na produção da unidade de sentido, essas relações são separadas e imunizadas. É um processo que se constrói sobre uma *inversão real*: assim como as relações sociais se isolam em relação aos sujeitos produtores e se tornam abstratas e iguais, de modo a dominá-los como formas objetivas, também a abstração jurídica, determinada por aquelas relações, e constituída pela indiferença objetiva, se isola, se destaca do universo que a produz e cria a aparência de sua independência e autonomia. Ela se põe como cristalização de um sentido, como projeto, como *razão* da organização jurídica da sociedade; como força de valores: liberdade, igualdade, democracia.

Uma vez independente, a abstração jurídica reproduz a estranheza e a objetividade das relações sociais. Petrifica-se na forma do domínio. Realiza, assim, a liberdade e a igualdade formais dos sujeitos através do domínio e do controle da instância material, isto é, por meio da separação do concreto e da anulação dos sujeitos na igualdade indiferente de suas projeções jurídicas.

O processo que conduz ao ato de pôr o direito é, também, processo de institucionalização deste sentido. O direito se apresenta como concretização institucionalizada dessa unidade de sentido. O direito é válido, todavia, não porque exprime esse conjunto de sentidos, mas porque é posto. Sua validade torna-se, portanto, contingente: o sistema jurídico é essencialmente contingência normativa. Mas, como concretização da unidade de sentido assumida e expressa no sistema, o direito é continuamente subtraído da contingência e remetido ao valor definido pela razão jurídica. Esta relação, ainda que estabelecida a partir do sistema, deve ser suposta como *não contingente*. Deste modo, o direito pode fazer nascer, da contingência normativa, não contingência e valor, como relação estabilizada de unidade de sentido. Pode manter, porém, da mesma forma, a validade ligada à positividade, isto é, à contingência. Pode, enfim, afirmar sua autonomia. A autonomia é um requisito puramente formal, mas essencial à positividade do direito. O sistema jurídico é autônomo no plano formal porque contém em seu interior os princípios que regulam sua produção e reprodução, e porque esses princípios também são jurídicos, isto é, postos. Apenas com base em sua autonomia formal, o direito pode apresentar as abstrações jurídicas como seleções normativas operadas no universo do possível e apresentá-las, portanto, como escolhas realizadas pelo conjunto de sentidos estabelecido como razão jurídica.

É um círculo; mas é o círculo em razão do qual o direito oculta a racionalidade objetiva das relações sociais de produção, das quais, na realidade, ele nasce.

A epistemologia jurídica, dizíamos, pode superar o obstáculo da contingência se conseguir predispor de instrumentos de legitimação da própria contingência nos dois níveis aqui indicados. Por isso, ela constrói dois sistemas separados: o da *teoria do direito* e o da *ciência do direito*. O primeiro deve executar essencialmente duas funções: (i) elaborar hipóteses sobre o direito, partindo do fato de que a validade do direito positivo é ligada à contingência, e (ii) legitimar a contingência como relação não contingente de sentido e valor. O segundo, a ciência, deverá, ao invés, construir um sistema de direito positivo no qual se organize a racionalidade interna para a contingência, ou seja, no qual a contingência seja colhida e exposta de maneira a se articular segundo uma estrutura unitária, orgânica, da qual surja a coerência interna do direito positivo.

Teoria e ciência do direito seguiram desenvolvimentos diferentes. Em primeiro lugar, se organiza o sistema da ciência, que se afirmará sobre a *conversão metodológica* operada por Savigny e aprofundada por Puchta e Jhering. Essa consiste na fundação do sistema sobre a positividade, ao invés de, como anteriormente, sobre a verdade. A ciência pode, assim, se transformar em pura metodologia e se liberar do problema teórico da verdade e do valor. A ciência se coloca diante do sistema jurídico como um aparato externo capaz de regular a disciplina segundo um princípio formal de racionalidade, válido de qualquer forma, neutro em relação à

contingência normativa e independente das suposições subjetivas de valor sobre as quais se sustenta a variabilidade das hipóteses normativas.

Porém, a conversão metodológica se constitui com base na ruptura da unidade entre conhecimento e produção da norma, e afasta coerentemente – conforme o postulado da contingência – a teoria como sistema interno de legitimação do direito justo. Não elimina, mas apenas evita o *problema* da teoria: o conhecimento do direito. A metodologia descarta o problema gnoseológico, gerando a seguinte consequência: não dispondo de uma teoria específica da contingência normativa, não dispõe também de um aparato de legitimação da positividade no plano da contingência, e, consequentemente, vê arranhados os pressupostos epistemológicos sobre os quais ela mesma é construída. Por isso, não obstante efetue a conversão metodológica, a epistemologia jurídica deverá recorrer a instrumentos de legitimação que, ancorando a contingência em uma necessidade externa ou em princípios ou instâncias normativas, se coloquem em contradição com a própria conversão metodológica. A ciência jurídica, todavia, construirá seu modelo metodológico com um rigor cada vez mais profundo e uma consciência cada vez mais clara. Entretanto, paralelamente, as dificuldades que derivam da elisão do problema teórico serão cada vez mais evidentes. Enquanto a contingência legitima a conversão metodológica, a ciência não dispõe de um aparato teórico capaz de elaborar hipóteses sobre o direito a partir da contingência. E, portanto, recorrerá à tautologia jusnaturalística de uma concepção de ciência como produtora do direito, de uma ciência capaz de legitimar o direito produzido, atribuindo-lhe o caráter de necessidade. Mas a metodologia não pode produzir senão aquilo que está contido nas premissas, e a necessidade lógica, ou conceitual, não é pressuposto da positividade, se esta é entendida como produto de uma seleção.

Somente Kelsen desatará o nó teórico da epistemologia jurídica e construirá uma teoria do direito, um sistema autônomo de hipóteses sobre a contingência jurídica desenvolvido com base no pressuposto da validade como existência da norma.

Kelsen resgatará, assim, no plano teórico, a autonomia do sistema jurídico. Porém, guiado pelo preconceito epistemológico da pureza da própria teoria, não compreenderá que a autonomia é uma conquista ideológica do direito, que serve para ocultar, invertendo, o *processo real* de produção da abstração jurídica.

Sua teoria conseguirá legitimar o direito como forma posta, como validade formal, mas não conseguirá legitimar o direito como concretização de sentido da razão jurídica.²⁶

²⁶ Kelsen, assim, não conseguirá enfrentar o problema da estabilização do sistema do direito positivo, que decorre da concepção do ordenamento jurídico como sistema dinâmico.

Todavia, a conquista epistemológica de Kelsen assinala um ponto decisivo na história do pensamento jurídico. Kelsen esclarece que a atividade científica sobre o direito deve ser voltada para o plano puramente metodológico, como explicação da racionalidade interna ao direito; que o direito como contingência deve ser pensado por uma teoria capaz de pensar a autonomia do sistema jurídico partindo da identificação entre existência e validade. Entretanto, ele para aqui. Sua conquista constituirá o ponto de partida de toda a reflexão posterior sobre o direito. Esta adotará o postulado da contingência, mas se voltará contra Kelsen, pois, ao mesmo tempo, supõe a centralidade da teoria como pensamento legitimante da contingência, fazendo referência à razão jurídica. A consciência da necessidade de uma legitimação teórica do direito surgirá como consequência do desenvolvimento do “lado ruim” da contingência jurídica, na forma da degeneração nazista e fascista do direito.

Depois de uma passageira involução metafísica, na qual a reflexão sobre o direito será condicionada pelo medo da positividade – sem dúvida, justificado pelos acontecimentos –, a epistemologia jurídica na Alemanha se reorganizará exclusivamente em torno da reflexão teórica, negligenciando o problema da ciência, já que a conversão metodológica será considerada uma aquisição já estabilizada em sua constituição, dado que as dificuldades iniciais eram de natureza apenas ideológica, não científica.

As estratégias da epistemologia jurídica se dispõem sobre duas grandes vertentes, das quais se depreende um desenho unitário de legitimação do direito positivo: a primeira passa pela *conversão metodológica*, como se articula de Savigny a Kelsen, e enfoca a afirmação da positividade do direito como contingência normativa. A segunda passa pela *conversão teórica*, operada na Alemanha, com base na intuição kelseniana da centralidade da teoria, nos últimos dez anos. De fato, se a necessidade da fundação teórica já havia sido advertida nos anos 1950, a epistemologia jurídica só conseguirá se organizar recentemente e em estreita relação de dependência com a epistemologia das ciências sociais. Sob o influxo desta última – na sombra do profundo debate desenvolvido na Alemanha nos anos 1960 e 1970 –, a epistemologia jurídica se libera das complicações da involução metafísica do pós-guerra e consegue realizar seu projeto teórico.

A hipótese desenvolvida neste trabalho sugere que a epistemologia jurídica é uma estratégia global de legitimação da contingência normativa, entendida como o sentido do “projeto jurídico burguês”. Este se revela como sistema de mediação que regula coercitivamente “as formas de intervenção subjetiva sobre a base material”, como “síntese das formas de domínio e exploração”,²⁷ isto é, como *sistema de*

²⁷ Cf. BARCELLONA. *La Repubblica in trasformazione*, op. cit., p. 15 ss.

repressão da instância material. Nesse sentido, a contingência normativa se revela a si própria como *estratégia global*, como projeto repressor da sociedade burguesa.

Esta operação estratégica dúplice transparece na obra de Kelsen, que conclui o esforço epistemológico iniciado por Savigny e levado adiante por Puchta e Jhering. Por outro lado, a formulação dos novos termos que a estratégia repressiva deve assumir e sua completa reestruturação orgânica são alcançadas por Luhmann, que constrói a teoria do direito como teoria da repressão do direito positivo no sistema social. O debate sobre a epistemologia jurídica que se desenvolve nos anos 1970 na Alemanha é particularmente significativo, porque mostra os esforços que, inutilmente, o pensamento jurídico burguês empregou na tentativa de elaborar um longo percurso no qual a estratégia de legitimação do sistema jurídico pudesse coerentemente se articular. É da falência desses esforços que emerge, com toda sua carga, o empreendimento teórico de Luhmann, e a necessidade de se confrontar com seu pensamento, sem cair, como infelizmente aconteceu com o pensamento de Kelsen, em juízos sumários e apressados, que comportam apenas o risco de enfraquecer os instrumentos críticos e de reprimir a luta política contra o pensamento da repressão.

Refletir sobre a epistemologia jurídica é, nesse momento, uma tarefa política inevitável, já que a crítica do direito é possível somente se a crítica da ciência conseguir isolar, no interior do projeto jurídico burguês, o projeto repressor da instância material e revelar a razão jurídica como unidade de sentido na qual se determina a racionalidade objetiva das relações sociais de produção.²⁸

Referências

ALBERT, H. Rationalität und Wirtschaftsordnung. In: ALBERT, H. *Aufklärung und Steuerung. Aufsätze zur Sozialphilosophie und zur Wissenschaftslehre der Sozialwissenschaften*. Hamburg: Hoffmann und Campe, 1976.

BADALONI, N. *Per il comunismo*. Torino: Einaudi, 1972.

BARCELLONA, P. *La repubblica in trasformazione. Problemi istituzionali del caso italiano*. Bari: De Donato, 1978.

_____. *Stato e mercato tra monopolio e democrazia*. Bari: De Donato, 1976.

²⁸ Cf. *ibid.*, p. 32: “A mediação legislativa é o ponto de interseção e convergência de todas as formas de mediação. É a forma condensada das relações sociais de produção, já que através dela se manifesta o específico (meio de) funcionamento do modo de produção; a síntese das formas de dominação e de exploração, de produção e de reprodução, de produção e de circulação (das relações inerentes à produção e das relações inerentes à circulação)”.

BÖCKLE, F.; BÖCKENFÖRDE, E. (Orgs.). *Naturrecht in der Kritik*. Mainz: Grünewald, 1973.

BULYGIN, E. Zwei Systembegriffe in der rechtsphilosophischen Problematik. *Archiv für Rechts- und Sozialphilosophie*, LIII/3, 1967.

CANARIS, C.-W. *Systemdenken und Systembegriff in der Jurisprudenz, entwickelt am Beispiel des Deutschen Privatrechts*. Berlin: Duncker und Humblot, 1969.

CERRONI, U. *Marx e il diritto moderno*. Roma: Editori Riuniti, 1962.

COING, H. *Geschichte und Bedeutung des Systemgedankens in der Rechtswissenschaft*. Frankfurt a. M.: Klostermann, 1956.

_____. *Naturrecht als wissenschaftliches Problem*. Wiesbaden: Steiner, 1965.

DELLA VOLPE, G. *Rousseau e Marx*. Roma: Editori Riuniti, 1964 (4).

DENZER, H. Ethik und Recht im deutschen Naturrecht der zweiten Hälfte des 17. Jahrhunderts. In: BLÜHDORN, J.; RITTER, J. (Orgs.). *Recht und Ethik. Zum Problem ihrer Beziehung im 19. Jahrhundert*. Frankfurt a. M.: Klostermann, 1970.

ELLSCHIED, G. Das Naturrechtsproblem in der Rechtsphilosophie. In: KAUFMANN, A.; HASSEMER, W. *Einführung in Rechtsphilosophie und Rechtstheorie der Gegenwart*. Heidelberg/Karlsruhe: Müller, 1977.

ENGISCH, K. Sinn und Tragweite juristischer Systematik. *Studium Generale*, 10, Heft 3, 1957.

GIANQUINTO, A. *Critica dell'epistemologia*. Padova: Marsilio, 1971.

GIOVANNI, B. de. Marx e lo Stato. In: *Democrazia e Diritto*, XIII, p. 37-82, 1973.

HENNIS, W. *Politik und praktische Philosophie. Schriften zur politischen Theorie*. Stuttgart: Klett-Cotta, 1997.

KELSEN, H. *Teoria generale del diritto e dello Stato*. Trad. it. de S. Cotta e G. Treves. Milano: Comunità, 1952.

_____. *La dottrina pura del diritto*. Trad. it. de M. G. Losano. Torino: Einaudi, 1966.

LOSANO, M. *Sistema e struttura nel diritto*. Torino: Giappicheli, 1968. v. I.

LUHMANN, N. *Rechtssoziologie*. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt, 1972 [trad. it. parcial de A. Febbrajo. *Sociologia del diritto*. Bari: Laterza, 1977].

_____. Ausdifferenzierung des Rechtssystems. *Rechtstheorie*, v. 7, 1/2, 1976.

_____. Positivität des Rechts als Voraussetzung einer modernen Gesellschaft. In: *Jahrbuch für Rechtssoziologie und Rechtstheorie*, v. I, 1970.

- _____. *Funktion der Religion*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1977.
- _____. *Soziologie als Theorie sozialer Systeme*. In: LUHMANN, N. *Soziologische Aufklärung. Aufsätze zur Theorie sozialer Systeme*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1974 (4). v. I.
- _____. *Funktionen und Folgen formaler Organisation*. Berlin: Duncker und Humblot, 1976.
- _____. Sinn als Grundbegriff der Soziologie. In: HABERMAS, J.; LUHMANN, N. *Theorie der Gesellschaft oder Sozialtechnologie*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1976 (2) [Trad. it. de R. Di Corato, R. *Teoria della società o tecnologia sociale*. Milano: Etas Kompass, 1973].
- _____. Rechtstheorie im interdisziplinären Zusammenhang. In: *Anales de la Catedra Francisco Suarez*, 12, I, p. 201-253, 1972.
- MAIHOFFER, W. (Org.). *Naturrecht oder Rechtspositivismus*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1966 (2).
- MARX, K. *Lineamenti fondamentali della critica dell'economia politica*. Firenze: La Nuova Italia, 1968.
- _____. *La questione ebraica*. Trad. it. de E. Panzieri. Roma: Editori Riuniti, 1969.
- _____. Critica alla filosofia hegeliana del diritto pubblico. In: MARX, K. *Opere filosofiche giovanili*. Trad. it de G. Della Volpe. Roma: Editori Riuniti, 1966.
- MERKER, N. *Marxismo e storia delle idee*. Roma: Editori Riuniti, 1974.
- MEYRING, D. *Politische Weltweisheit. Studien zur deutschen politischen Philosophie des 18. Jahrhunderts*. Münster: Diss, 1965.
- MITTELSTRASS, J. *Neuzeit und Aufklärung. Studien zur Entstehung der neuzeitlichen Wissenschaft und Philosophie*. Berlin/New York: De Gruyter, 1970.
- OELMÜLLER, W. *Die unbefriedigte Aufklärung. Beiträge zu einer Theorie der Moderne von Lessing, Kant und Hegel*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1969.
- RIEDEL, M. Moralität und Recht in der Sgphilosophie des 18. Jahrhunderts. In: BLÜHDORN, J.; RITTER, J. (Orgs.). *Recht und Ethik. Zum Problem ihrer Beziehung im 19. Jahrhundert*. Frankfurt a. M.: Klostermann, 1970.
- RÖD, W. Rationalistisches Naturrecht und praktische Philosophie der Neuzeit. In: RIEDEL, M. (Org.). *Rehabilitierung der praktischen Philosophie*. Freiburg i. B.: Rombach, 1972.

SAVIGNY, E. v. Zur Rolle der deduktivaxiomatischen Methode in der Rechtswissenschaft. In: JAHR, G.; MAIHOFER, W. (Orgs.). *Rechtstheorie. Beiträge zur Grundlagendiskussion*. Frankfurt a. M.: Klostermann, 1971.

SCHMIDT, J. System und Systembildung in der Rechtswissenschaft. In: JAHR, G.; MAIHOFER, W. (Orgs.). *Rechtstheorie. Beiträge zur Grundlagendiskussion*. Frankfurt a. M.: Klostermann, 1971.

STEPHANITZ, D. *Exakte Wissenschaft und Recht. Der Einfluss von Naturwissenschaft und Mathematik auf Rechtsdenken und Rechtswissenschaft in zweieinhalb Jahrtausenden. Ein historischer Grundriss*. Berlin: De Gruyter, 1977.

TORJE, H. Wissenschaftlichkeit und System in der Jurisprudenz des 16 Jahrhunderts. In: BLÜHDORN, J.; RITTER, J. *Philosophie und Rechtswissenschaft. Zum Problem ihrer Beziehung im 19. Jahrhundert*. Frankfurt a. M.: Klostermann, 1969.

WELZEL, H. *Naturrecht und materiale Gerechtigkeit*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1962 (4) [Trad. it. organizada por G. De Stefano, *Diritto naturale e giustizia materiale*. Milano: Giuffrè, 1965].

WIEACKER, F. *Privatrechtsgeschichte der Neuzeit*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1967 (2).

WIETHÖLTER, R. *Rechtswissenschaft*. Frankfurt a. M.: Fischer, 1968 [Trad. it. de Riegert Amirante, *Le formule magiche della scienza giuridica*. Bari: Laterza, 1975].

WILHELM, W. *Zur juristischen Methodenlehre im 19. Jahrhundert. Die Herkunft der Methode Paul Labands aus der Privatrechtswissenschaft*. Frankfurt a. M.: Klostermann, 1958 [Trad. it. de P. L. Lucchini. *Metodologia giuridica nel secolo XIX*. Milano: Giuffrè, 1974].